

SOCIEDADE PÓS-MODERNA E EDUCAÇÃO: AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL NO PROCESSO DE REORDENAMENTO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

MARCELO AUGUSTO VILAÇA DE LIMA ¹

RESUMO

Objetivou-se nesta pesquisa analisar as consequências da sociedade pós-moderna no processo de transnacionalização do ensino brasileiro, mais especificamente as influências do Banco Mundial no processo de reordenamento do ensino superior. Utilizou-se como proposta metodológica um estudo bibliográfico, com base em teóricos como Sergio Haddad (2008), Camila Crosso Silva (2008), Marina Gonzalez (2008), ScavoneBrugier (2008), Reinaldo Dias (2005), Karen Mingst (2005) e Zigmund Bauman (2009). Verificou-se que o processo conhecido como pós-modernidade influencia a reordenação do Estado Brasileiro, frente às exigências internacionais das organizações intergovernamentais, como o Banco Mundial, que, com base em uma política de ajuste econômico, países como o Brasil devem seguir as metas determinadas a fim de penetrar na sociedade comercial pós-moderna e globalizada. Logo, as pretensões para o ensino superior fogem à responsabilidade do Estado e assumem características de uma educação mundial com fortes influências do setor privado e das instituições transnacionais. Conclui-se que as influências do Banco Mundial, no processo de privatização do ensino superior brasileiro, representam os moldes perversos da sociedade pós-moderna frente aos desafios impostos pelas mudanças de cenário global.

PALAVRAS-CHAVE:

Pós-Modernidade. Banco Mundial. Ensino Superior.

¹ **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT/ Faculdades Integradas Ipiranga/ Escola Superior da Amazônia/ SEDUC.**

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the postmodern society consequences in the transnationalization process of the Brazilian teaching, with emphasis on the World Bank influences in the higher education rearrangement process. It proposes a bibliographical research method based on theorists as Sergio Haddad (2008), Camila Crosso Silva (2008), Marina Gonzalez (2008), ScavoneBrugier (2008), Reinaldo Dias (2005), Karen Mingst (2005) and Zigmund Bauman (2009). It was testified that the reordering process of Brazilian state is influenced by the Postmodernity in order to accomplish the intergovernmental organizations – as World Bank - international demands. It occurs as an attempt to partake in the postmodern and globalized capitalist

society. Therefore, the higher education leans to develop characteristics of a global education strongly influenced by private sector and transnational institutions and to decrease the responsibility of the state over it. In conclusion, the World Bank has a major role in privatization process of

the Brazilian higher education as a result of the perverse pattern established by the postmodern society in order to deal with the changes of the global scenery.

KEYWORDS:

Postmodernity. World Bank. Higher Education.

INTRODUÇÃO

A sociedade passa por significativas mudanças em diversos setores produtivos, como economia, política, educação e cultura, que são influenciados diretamente pela forte presença de uma reordenação mundial conhecida como Pós-Modernidade. Para Bauman (2011), este período representa o avanço desenfreado do capitalismo em seu estágio mais avançado de desigualdade e crescimento a qualquer custo. Isso significa dizer que a perversidade do sistema neoliberal assume proporções maiores e sem precedentes no contexto da vida em sociedade.

A sociedade pós-moderna caracteriza-se pela fluidez das ações dos indivíduos, que têm que se ajustar aos novos cenários e culturas para garantir espaços de convivência, mesmo que para isso desenvolva práticas excludentes e as tenha como ações normais para sua sobrevivência. Entende-se que, ao assumir essas práticas, os indivíduos tendem a negligenciar o coletivo como algo natural e buscam, cada vez mais, seu sucesso individual por meio de uma fixação da cultura capitalista, no qual o sucesso depende do esforço de cada um.

Bauman (2011) defende a ideia de que a sociedade individualizada é reflexo das fortes influências geradas pelas sociedades capitalistas que buscam avançar seu poderio econômico e geopolítico para fortalecer as raízes de uma prática discriminatória e, até certo ponto, selvagem de convivência humana. Neste contexto, o autor questiona a participação do Estado como instituição que deveria promover o bem-estar social da população, por meio de ações coletivas que ofereçam serviços essenciais como educação, saúde, segurança pública, lazer e outros. No entanto, nos princípios deste novo formato de sociedade pós-moderna, como defende Santos (2009), não há espaço para preocupações ligadas ao setor público. Isto significa que,

quanto mais ausente das questões sociais, mais o Estado adapta-se ao contexto globalizador, marcado pela forte influência das organizações transnacionais, com objetivos específicos para conter qualquer tentativa de enfrentamento às imposições e à cultura neoliberal marcada pela exclusão.

No entanto, deve-se deixar de lado a ideia inicial de que o Estado torna-se mero regulador das ações privadas frente aos interesses da população. Segundo Mingst (2008), o Estado passa por uma reformulação estratégica no sentido de continuar forte frente aos desafios da era pós-moderna. Esta reconfiguração do Estado reflete em diversos setores sociais, nos quais está incluída a educação. Esta passa a ser alvo das políticas e estratégias articuladas pelas organizações intergovernamentais que objetivam a perpetuação ideológica dos países economicamente dominantes.

A respeito das organizações intergovernamentais, destaca-se o papel do Banco Mundial, como um dos principais articuladores de propostas e metas doutrinárias aos países em desenvolvimento, criando estratégias de dominação por meio de “obediência” às ações que devem ser adotadas como critério para o pseudodesenvolvimento dos países. É importante ressaltar que a origem do Banco Mundial ocorre após o fim da Segunda Guerra Mundial e que, segundo Haddad (2008), essa agência tem profundos interesses na implementação de políticas que promovam a manutenção do capital global.

O caso brasileiro, no que se refere à educação, o Banco Mundial, dentre suas metas alinhadas com os interesses privatizadores, dá ênfase à padronização de uma educação básica voltada para a formação de trabalhadores capazes de ajustar-se à mobilidade do cenário global. Já para o ensino superior, as metas são claras de desobrigação estatal frente às possibilidades de incremento para uma educação voltada para pesquisa e extensão. Assim, abrem-se espaços cada vez maiores para a privatização e transnacionalização do ensino superior no Brasil.

Neste cenário, percebe-se o aumento quantitativo considerável do ensino superior privado em detrimento de políticas de qualidade que promovam a fortificação do que Santos (2009) acredita estar faltando, como metas para o ensino superior, ou seja, desenvolver caminhos possíveis de inserção de pesquisa, tecnologia voltada para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à

população.

Com base nestas discussões, esta pesquisa preocupou-se em analisar as influências do Banco Mundial no processo de reordenamento do ensino superior brasileiro diante dos desafios da sociedade pós-moderna. Para isso, este artigo segue a seguinte estrutura: inicia-se apresentando o cenário que possibilitou o surgimento das organizações intergovernamentais como o FMI e Banco Mundial. Em seguida, apresenta-se uma discussão a respeito das concepções do Banco Mundial e sua influência na educação brasileira. Em outro momento, apresentam-se as metas estabelecidas pelo Banco Mundial para o ensino superior brasileiro, bem como as possibilidades de parcerias transnacionais. Por fim, apresentam-se algumas conclusões e análises a respeito da influência do Banco Mundial na organização e privatização do ensino superior.

MÉTODO

Para que esta pesquisa fosse realizada, buscou-se um estudo bibliográfico com base em teóricos como Sergio Haddad (2008), Camila Crosso Silva (2008), Marina Gonzalez (2008), ScavoneBrugier (2008), Reinaldo Dias (2005), Karen Mingst (2005) e Zigmund Bauman (2011). A pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2002), possibilita ao pesquisador compreender diversos pensamentos e viabiliza análises comparativas, pois o pesquisador amplia as possibilidades de inferência e aprofunda-se sistematicamente em temas relevantes à sua área de estudo ao assimilar as diversas concepções a respeito de uma temática.

Para Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica instrumentaliza o pesquisador a conhecer mais de perto os teóricos que trazem ideias e concepções sobre uma temática específica e cria espaço de confronto ideológico, que é a marca principal do estudo bibliográfico, ou seja, a análise comparativa. Cabe ao pesquisador criar estratégias sistemáticas para garantir a maior objetividade nos estudos, bem como gerar possíveis análises teóricas sempre pautadas na construção e ressignificação de saberes teóricos do tema abordado. Assim, este artigo foi elaborado com base na interseção das ideias dos autores supracitados, bem como foram agregados conhecimentos e saberes relativos aos entendimentos pessoais do pesquisador.

O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA

O mundo vive um processo de intercomunicação cada vez mais forte. O surgimento de problemas globais leva ao surgimento de organizações intergovernamentais para que, de alguma forma, possam minimizar ou alargar esses dilemas que assolam a sociedade pós-moderna.

Para Mingst (2008), o surgimento dessas organizações intergovernamentais assume dois polos bastante distintos. O primeiro refere-se à problematização e discussão de assuntos mundiais como a educação, saúde e meio ambiente. Para a autora, o debate transnacional desses temas está relacionado à continuidade de políticas de ajustes ao cenário econômico, que mobilizam os atores internacionais a adotar medidas protecionistas. O objetivo disso é cooperar para a manutenção do sistema capitalista por meio de ações reguladoras e coletivas, que obrigam os países a criar uma cultura internacional de manutenção da vida e da paz.

Por outro lado, a autora aponta que o surgimento dessas organizações pode ser compreendido como uma estratégia imposta pela sociedade globalizada, liderada pelos países economicamente dominantes, para estabelecer formas mundiais de dominação por meio de esquemas e metas que todos deverão seguir, a fim de promover a perpetuação do modelo econômico neoliberal.

Seja qual for a base teórica e filosófica adotada, o fato é que se vive cada vez mais dependente das ideologias globais para o desenvolvimento (ou pseudodesenvolvimento) das nações. Negar este fenômeno implica alijar o país do fenômeno globalizador, que tem como elemento central a política coletiva das nações do mundo.

Com base nesta perspectiva de integração, algumas instituições intergovernamentais foram criadas para possibilitar aos países a adesão ao novo contexto de sociedade globalizada. Dentre elas, pode-se destacar o surgimento do Banco Mundial. Segundo Haddad (2008), este foi criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, e teve como princípio básico a reconstrução econômica dos países que foram afetados diretamente pela guerra.

Com o final da Segunda Guerra e com o crescimento do poder do bloco socialista, as intenções do Banco Mundial foram reformuladas para incentivar a industrialização de países do chamado “Terceiro Mundo”, com a intenção de aumentar a interdependência econômica desses países e, assim, agregá-los para o bloco capitalista em combate ao socialismo crescente na antiga União Soviética.

A estratégia utilizada a partir da década de 1960 era gerar empréstimos por meio de programas de crescimento do setor industrial, o que favoreceria a adesão dos países, mesmo que de forma controlada, ao sistema comercial mundial que tinha como base as ideologias capitalistas.

A ideologia presente no incentivo financeiro aos países do Terceiro Mundo pautava-se na concepção de que, ao investir em industrialização, o país teria maior possibilidade de estabilizar a economia e, como consequência, diminuiria as desigualdades sociais. No entanto, o que se verificou neste período é que, mesmo com a inserção desses investimentos, cresceram consideravelmente os índices de pobreza e miséria nos países do Terceiro Mundo.

Por conta do fracasso social apresentado neste período, o Banco Mundial ampliou suas opções de intervenção nesses países, agindo em áreas como agricultura e setores sociais (HADDAD, 2008). Porém, o que se verificou no início dos anos de 1980 é que os países que haviam sido alvo das políticas de financiamento do Banco Mundial não conseguiram honrar as dívidas. Com isso, os problemas econômicos e sociais cresceram consideravelmente, tendo o Banco Mundial que reordenar sua forma de atuação com a injeção de novos empréstimos e com formas mais eficazes e declaradas de ajuste político-econômico dos países subdesenvolvidos para conseguirem criar condições de adaptação ao novo contexto mundial.

Na década de 1990, a influência do Banco Mundial promove significativas alterações e reformas que têm como dinâmica principal a abertura comercial desses países, bem como a remodelação do Estado frente às imposições da era globalizadora e transnacional. Assim, as políticas de privatização aumentam em detrimento da iniciativa estatal de oferecer serviços essenciais à população.

A busca por medidas padronizadas para a aplicabilidade nos países em desenvolvimento foi o foco das ações do Banco Mundial para au-

mentar sua influência. Assim, no final da década de 1980, na chamada Conferência de Washington, o banco define cinco eixos que norteiam as ações para a liberação de novos empréstimos: equilíbrio orçamentário, levando em consideração a redução dos gastos públicos; abertura comercial por meio da redução das tarifas de importação; liberalização financeira por meio da definição de normas que restringem o capital estrangeiro; desregulamentação dos mercados domésticos pelos instrumentos de intervenção do Estado; privatização das empresas e do serviço público (SOARES, 2003).

A intencionalidade do Banco Mundial, ao determinar esses condicionantes para que os países pudessem efetuar os empréstimos, era de que, ao adotar tais medidas, os países em desenvolvimento passariam a ter maiores chances de promover um desenvolvimento sustentável e viabilizar uma estabilidade econômica, mesmo que inicialmente esses países passassem por uma recessão prevista.

No final da década de 1990, observou-se que tais medidas adotadas pelos países em desenvolvimento causaram um profundo alargamento da dívida externa e o aumento significativo da miséria, demonstrando a ineficácia desses condicionantes internacionais.

A forma de atuação do Banco Mundial, como instituição viabilizadora de desenvolvimento para os países, é alvo de críticas por parte da sociedade civil, das organizações não-governamentais, que deflagram a ineficácia da atuação dessas agências para o desenvolvimento real, bem como a falta de transparência de como esses investimentos podem trazer melhorias para a sociedade de modo geral. Assim, várias reformas vêm sendo implementadas na tentativa de abarcar temas como meio ambiente, energia, projetos sociais, maior participação da população nos projetos e, principalmente, a criação de políticas compensatórias para atacar diretamente as camadas socialmente desfavorecidas.

No entanto, apesar da nova roupagem que o Banco Mundial assume, as resistências em mudanças estruturais para a diminuição real da pobreza não tornam esta instituição um nicho de transformação do status quo. Pelo contrário, os ideais de uma sociedade desigual são perpetuados.

No Brasil, a relação entre o Banco Mundial e o Estado brasileiro nem sempre foi tranquila. O fato de o Estado brasileiro não conseguir al-

cançar as metas na década de 1950 e 1960, somado ao fato de que os projetos implantados não tiveram um bom gerenciamento de resultados, fez com que o montante de empréstimos fosse reduzido. Porém, a partir da década de 1990, com a abertura política e econômica brasileira para o mercado internacional, pelo acelerado processo de privatização das empresas e da contenção dos gastos públicos pelo presidente Fernando Collor de Melo, o Brasil passa a ser um importante parceiro do Banco Mundial (SOARES, 2003).

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva, o crédito brasileiro continuava em alta, pois os presidentes seguiram as determinações postuladas pelo Banco Mundial, que não só detinha o poder de encaminhar políticas de ajuste econômico como também começou a influenciar significativamente a legislação brasileira.

No que se refere à educação, o Banco Mundial estabelece prioritariamente que os países em desenvolvimento invistam em educação básica, com o objetivo latente de preparar mão de obra para fazer parte da sociedade industrial e tecnológica, onde a informação se destaca como elemento necessário para a ressignificação do contexto neoliberal. Já para o ensino superior, percebe-se que as determinações do Banco Mundial seguem uma lógica de alargamento dos investimentos do setor privado em detrimento da oferta de serviços públicos, que atendam às necessidades da população.

O ensino superior vira um grande negócio que pode render muito para o crescimento econômico da sociedade pós-moderna, que delega a responsabilidade da formação superior para os indivíduos que necessitam extrapolar e vencer barreiras econômicas a fim de alcançar diferenciais competitivos e ajustar-se ao cenário da sociedade da informação e da tecnologia.

O BANCO MUNDIAL E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O debate a respeito das influências do Banco Mundial na organização e desenvolvimento da educação brasileira é relevante para compreender como as agências internacionais nor-teiam os caminhos que devem ser trilhados, pe-

los países em desenvolvimento, para alcançar uma estabilidade econômica e aderir às concepções de sustentabilidade social.

A ideologia presente nos discursos do Banco Mundial a respeito da educação é que esta é um elemento indispensável para que qualquer nação possa gerir mudanças significativas e, assim, crescer economicamente. Logo, nos documentos apresentados a respeito desta discussão, fica claro que a intenção do Banco Mundial está na padronização de ações com viés meramente economicista em tornar a educação eficiente e, como consequência disso, promover um acesso maior da população aos novos postos de trabalho que surgem na sociedade do conhecimento e da informação.

Haddad (2008) declara que o fato de o Banco Mundial apresentar propostas de ações para a educação brasileira não significa acreditar que essas mudanças são efetivamente para beneficiar a população com uma educação de qualidade e digna para o indivíduo. O caráter adotado pelo banco é a de que a educação seja um instrumento facilitador e criador de mão de obra para que a população seja capaz de garantir um espaço no competitivo mercado de trabalho.

Isso significa dizer que a ideologia presente nas concepções do Banco Mundial para a educação não consegue extrapolar o ideário capitalista e passa distante de uma educação voltada para o exercício significativo da cidadania.

Soares (2003) defende a ideia de que os investimentos ligados à educação são propositais para gerar profissionais competentes e com habilidades necessárias para assumir postos de trabalho, que necessitam de indivíduos capazes de alcançar as metas industriais e, ao mesmo tempo, ser pouco dispendioso para as organizações. A autora denomina esta fase de “pós-Fordismo”, ou seja, ela faz uma comparação do momento atual com o Fordismo vivido no início do século XX, quando Henri Ford, apoiado nas teorias científicas, desenvolve a produção em larga escala, no qual os trabalhadores assumiam funções específicas e, assim, aumentaria consideravelmente a produção e, conseqüentemente, o lucro.

Com base nesta discussão, Haddad (2003) apresenta as principais características e objetivos do Banco Mundial para a educação brasileira:

- a) O Brasil deve investir os recursos do Ban-

co em Infraestrutura educacional:

Esta meta do banco Mundial refere-se à aquisição de livros didáticos, construção de bibliotecas, formação para que os educadores utilizem os livros didáticos adquiridos. A partir desta meta, observou-se, principalmente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que os investimentos nesta área foram bastante significativos. A implantação da política do uso do livro didático foi bastante debatida no Brasil durante a última década do século XX, pois os livros apresentam currículos pautados nas ideologias de pequenos grupos dominantes e, de certa forma, negligenciam a ideia de multiculturalidade presente de forma bastante incisiva na realidade brasileira.

A construção de bibliotecas é um ponto também muito discutido, pois os espaços adaptados e com literaturas centradas em determinações culturais de pequenos grupos faz dos espaços de biblioteca um emaranhado de livros, por vezes, distante da realidade concreta dos educandos. Os educadores, por ainda terem dificuldades de inserir novas propostas metodológicas, utilizam esses espaços de forma simplista e pouco significativa.

De modo geral, o que se percebe é que esta meta está atrelada diretamente às questões economicistas, visto que a aquisição dos livros didáticos representa um grande negócio que envolve ideologias, editoras, compromissos e acordos políticos que asseguram os privilégios de um determinado grupo social.

b) O número de alunos por sala deve ser aumentado:

Esta meta representa a contenção visível de gastos nesta área. Para os estudiosos e analistas do banco Mundial (na maioria economistas), um professor que ensina 35 alunos em uma sala pode muito bem ter quarenta alunos que a aula será a mesma. Esta meta representa nitidamente a falta de percepção de que a educação não pode ser tratada apenas de forma quantitativa. A qualidade, assim, distancia-se dos objetivos do Banco Mundial.

c) Os professores são os responsáveis diretos pela qualidade do ensino:

Atribuir a responsabilidade do fracasso ou do

sucesso da educação a apenas um sujeito é reduzir a discussão educacional para achar culpados para os problemas vivenciados nesta área. Historicamente, os professores sempre foram desvalorizados do ponto de vista econômico. No contexto atual, além de permanecer com pisos salariais abaixo de vários outros profissionais, o professor ainda sofre profundas acusações de falta de compromisso com a qualidade da educação.

A exigência da formação continuada dos educadores é um exemplo clássico do total descaso com o serviço de qualidade. Devido ao contexto globalizador e com os avanços na tecnologia e na informação, os educadores são obrigados a buscar formação continuada, mas com pouco ou quase nenhum incentivo na busca por essas competências. Assim, o que se percebe é que a formação gera um lucrativo negócio que cada um deve assumir para garantir ou, pelo menos, concorrer a um lugar no mercado de trabalho.

Bauman (2011) pontua que as formas perversas de dominação chegam por inúmeras estratégias que promovem o desajuste social. No caso dos professores, que historicamente possuem pisos salariais reduzidos, ainda têm que dispensar um bom montante deste dinheiro para garantir formação, como exigência da pós-modernidade, o que torna este ato mais perverso ainda.

d) Necessidade de alfabetizar a população:

Os investimentos do banco devem ser destinados ao processo de garantia de elementos básicos de alfabetização. Esta meta coaduna com os ideais de uma sociedade que utiliza a educação como instrumento capaz de viabilizar a formação mínima do indivíduo para possuir uma profissão. Isso significa dizer que a ideologia de tornar a educação algo real e significativo para as pessoas não é de fato a prioridade do Banco Mundial.

Universalizar a educação como instrumento de debate e criticidade fere os interesses do neoliberalismo, que necessita de mão de obra rápida e barata, capaz de otimizar os custos e aumentar consideravelmente os lucros.

e) O custo de formação de mão de obra deve cair cada vez mais:

Percebe-se que, com esta meta, o Banco Mundial estabelece alguns pontos que refletem a perversidade do pseudodesenvolvimento. As escolas são responsabilizadas pela a formação de futuros profissionais. Entretanto, as estratégias de redução de custos comprometem mais a qualidade dos serviços ofertados. Isso fica visível com a implementação de políticas de merenda escolar. Freire (1986) entendia a educação como um todo organizado que envolve fatores internos e externos. O ambiente saudável e propício que a escola deveria oferecer ajudaria os indivíduos a obter maior rendimento.

A merenda escolar é um claro exemplo do desrespeito desses fatores. O aluno com fome produz menos, questiona menos, incomoda menos. Isso significa dizer que o pouco acesso a uma alimentação balanceada e digna à população gera alunos acomodados e que pouco, ou nada, questionarão as imposições do sistema neoliberal.

f) Quanto mais tempo na escola, mais se aprende:

Esta política de alargamento do tempo escolar seria interessante se a escola possuísse condições de abrigar o educando por um período integral. No entanto, isso pouco acontece. No pouco tempo em que os educandos ficam na escola, esta oferece o mínimo de condições que viabilizem uma educação de qualidade.

A meta de aumentar o período letivo, as propostas de elevação do tempo do ensino fundamental podem parecer num primeiro momento uma estratégia contraditória do banco na busca por pessoas não críticas. Porém, os ideais de acomodação são resguardados quando a escola, apesar do apontamento de aumento da permanência dos educandos na sala de aula, ainda não consegue tornar o tempo algo produtivo e eficaz.

As práticas pedagógicas adotadas ainda são muito próximas de modelos de educação tradicionalistas, no qual a memorização, a repetição e o não questionamento são fortemente apresentados como estratégias para a educação. Perrenoud (2009) acredita que a forma didática que a escola utiliza no seu dia a dia reflete os principais interesses das ideologias dominantes, que forçam práticas descontextualizadas e geram assim um indivíduo cada vez mais acomodo-

ado.

Não se pode compreender a escola como um mero instrumento de dominação. No entanto, o que se vê acontecer no Brasil é justamente isso, ou seja, a escola negligencia a formação dos indivíduos críticos e transformadores para formar mão de obra barata e de baixa qualidade, alimentando assim as bases do neoliberalismo.

Com base nessas metas para a educação, observa-se que o Banco Mundial tem fortes interesses de dominação e de formação de uma massa não crítica para adentrar no mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de formação de trabalhadores é a meta não declarada, mas totalmente explícita nas práticas adotadas na sociedade brasileira.

Haddad (2008) aponta que o sucesso do Banco Mundial está intimamente ligado a estratégias de acomodação. O discurso da educação como elemento de transformação, verbalizado e declarado nos documentos redigidos pelos teóricos que prestam serviço ao Banco Mundial, tornam-se chavões numa sociedade onde há interesses claros de dominação e exclusão social.

Bauman (2011) denomina esta etapa da sociedade como dominação programada, ou seja, as ideologias presentes nas políticas de ajuste do Banco Mundial para ceder empréstimos ao Brasil não só determinam objetivos de passividade como inibem qualquer tentativa de estratégias de enfrentamento ao que está posto pela sociedade capitalista.

A busca pela percepção de que a educação pode e deve agir de forma crítica e questionadora movimentada os debates entre teóricos que buscam alternativas viáveis para resgatar o verdadeiro objetivo da educação, que é a garantia de uma construção de saberes e fazeres numa ação coletiva e integrada aos princípios de igualdade e justiça social.

Com base nas preocupações declaradas nos itens anteriores, surge um questionamento: e o ensino superior? Como o Banco Mundial se depara para este nível de ensino? Há espaço para a formação mais holística do trabalhador numa sociedade que prega a individualidade e as competências mínimas para o mercado de trabalho? No item a seguir serão apresentadas as estratégias e metas do banco Mundial para o Ensino Superior no Brasil.

A ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Como já foi discutido anteriormente, as prioridades do Banco Mundial para a educação está centrada nos investimentos na educação básica, pois este entende que a sociedade deve ter nichos declarados de formação de mão de obra para adentrar no competitivo mercado de trabalho. No entanto, ao citar as metas para o ensino superior, o Banco Mundial deixa espaço para outra discussão: Já que o povo brasileiro necessita de espaços alfabetizadores, não há necessidade de o Estado garantir espaços de aprendizagem em nível superior. Este deve ficar a cargo das empresas privadas, que devem ajustar seus currículos conforme as necessidades locais para viabilizar uma mão de obra mais refinada.

Brugier (2008) defende a hipótese de que o ensino superior é visto pelo banco Mundial como certa ameaça aos seus interesses de dominação. Por isso, este nível de ensino deve ser desmobilizado para evitar quaisquer possibilidades de desajuste nas concepções ideológicas pregadas pelo neoliberalismo econômico. A autora também defende a ideia de que, ao desmobilizar as estratégias de um ensino superior de qualidade e ofertado pelo Estado brasileiro, os ideais de ajuste econômico favoreceriam o acúmulo de renda e diminuição de gastos, neste setor que agrega maiores responsabilidades.

É importante ressaltar que, desde a década de 1990, o ensino superior privado tem aumentado significativamente no país e, paralelo a este processo, vive-se um sucateamento programado da educação superior pública. Este fenômeno é compreendido pelo fato de que a lógica do capitalismo é que o capital circule de forma mais intensa e com isso gera maiores divisas para a sociedade neoliberal. Assim, percebe-se que a proliferação de instituições públicas reflete também na qualidade dos serviços prestados por estas.

Haddad (2008) afirma que a conjuntura apresentada pelo Brasil, desde a década de 1990, está apta e fértil para o crescimento do mercado da educação. Não significa dizer que, por conta desta proliferação de instituições privadas, o bem-estar social e a melhoria de vida da população irão acompanhar as mudanças de forma positiva.

Bauman (2011) declara que o estado líquido e transitório faz com que as instituições sejam redimensionadas conforme as necessidades do contexto em que vivem. Assim, acredita-se que

as formas apresentadas pelas instituições, que oferecem o ensino superior, estão centradas numa política econômica sem precedentes e que gera profundas desigualdades de permanência, acesso e sucesso dos indivíduos.

O Banco Mundial, segundo Silva (2008), estabelece algumas metas a serem cumpridas pelos países no que diz respeito ao ensino superior:

a) Fomentar a maior diversificação das instituições superiores, bem como incentivar a privatização destas:

Com a globalização e com a agilidade das informações e do conhecimento, a sociedade oportuniza a geração de novas frentes de trabalho e, ao mesmo tempo, consegue suprimir outras profissões. Assim, há necessidade constante de reformular propostas de formação de profissionais de acordo com cada contexto social, político, econômico e cultural. Assim, uma recomendação do Banco Mundial para a organização do ensino superior no Brasil é que este deve promover a diversificação de cursos, no sentido de alocar melhor os indivíduos para as exigências mercadológicas.

Para Haddad (2003), esta diversificação é acompanhada pelo intenso processo de privatização, que ajuda a fixar uma cultura de pagamento ao acesso ao mercado de trabalho. Isso significa dizer que, culturalmente, os indivíduos buscam alternativas mais eficazes de acesso ao ensino superior, haja vista que a entrada no ensino público superior depende de outros fatores sociais.

A diversificação e a privatização do ensino superior viabilizam um clima de pseudocrescimento deste setor. Nos últimos vinte anos, o investimento do Banco Mundial foi muito pequeno. Na verdade, quase inexistente. Isso está atrelado ao fato de que as prioridades desta agência internacional estão diretamente atreladas à formação básica dos indivíduos.

b) Proporcionar incentivos para que as instituições públicas de ensino superior diversifiquem as formas de obtenção de custos:

Esta meta está relacionada à diminuição significativa dos custos do estado para o ensino superior. Para o Banco Mundial, esses custos não fazem sentido, haja vista que a sociedade necessita de uma educação básica para subsidiar

as necessidades mercadológicas. Silva (2008) acredita que a estratégia do Banco Mundial é viabilizar estratégias de financiamento com o setor privado, as instituições públicas deixam de lado seus verdadeiros ideais de autonomia e de responsabilidade social.

Essas instituições superiores devem estar atentas às possibilidades mercadológicas para fincar parcerias com as instituições privadas e, com isso, gerar maior receita de capital, desobrigando o estado a gastar quantias significativas com a educação superior.

A lógica empregada nesta meta está diretamente associada ao processo ideológico do compartilhamento de responsabilidades. Porém, percebe-se que, paralelo às parcerias, surgem problemas clássicos de organização de currículos que envolvam questionamentos e criticidade. A questão da qualidade passa a ser foco das preocupações por parte da sociedade como um todo.

c) Redefinição da função do Estado com o ensino superior:

Na sociedade pós-moderna, as ideologias neoliberais são adotadas como estratégia de enfrentamento aos modelos de estado do bem-estar social. Isso significa dizer que, ao redefinir suas estratégias de atuação junto às instituições privadas, o Estado passa a assumir maiores possibilidades de arrecadar lucros capazes de gerar o tão sonhado desenvolvimento.

As concepções de desenvolvimento adotadas pelo Banco Mundial perpassaram desde o investimento na construção de infraestrutura para a sociedade, como também nas áreas de agricultura, projetos sociais e também nas questões educacionais. Essas políticas de ajuste ao ensino superior representam a ideologia de uma sociedade marcada pela injustiça e pela padronização educacional.

Dias (2008), ao apresentar os novos marcos das relações internacionais, descreve a necessidade de fusões ideológicas e estruturais para manter uma equidade de ações frente ao sistema imposto. Assim, ao negligenciar o ensino superior e delegar a responsabilidade às instituições privadas, o Banco Mundial traz à tona a concepção nítida de permanência do status quo.

De modo geral, as propostas apresentadas pelo Banco Mundial para o ensino superior coadunam com as formas de manutenção de

uma sociedade marcada pela exclusão e pelo descompromisso com o cidadão. Logo, acredita-se que promover debates e reflexões a respeito desta temática ajuda a sociedade civil a compreender e aprofundar estratégias de combate às imposições de um sistema perverso.

CONCLUSÃO

As ideias apresentadas neste artigo refletem significativamente as propostas de atuação do Banco Mundial para a organização do ensino superior brasileiro. Tendo como pano de fundo o cenário pós-moderno, os ideais apresentados pelo Banco Mundial deixam claro o descaso com os modelos de educação que poderiam possibilitar a formação de uma massa crítica de indivíduos capazes de transformar de fato a sociedade.

No entanto, percebe-se que com o avanço das políticas neoliberais, por meio do discurso da globalização, as sociedades tendem a minimizar gastos em setores como o ensino superior e priorizam os investimentos na formação de uma mão de obra rápida e barata.

O Banco Mundial prevê a formação de uma sociedade marcada pela circularidade do capital e pela flexibilidade própria da sociedade pós-moderna. Assim, compreende-se que as influências do Banco Mundial para o ensino superior brasileiro são danosas para a formação de uma população capaz de transformar, de fato, os dilemas do contexto globalizador.

Reverter o processo implantado pelo Banco Mundial requer ousadia e perseverança, pois a força ideológica contida nessas ações reflete a própria história da sociedade brasileira, ou seja, uma sociedade estratificada e desordenada economicamente, que busca aparar-se em trilhas ditadas por grupos dominantes que efetivam suas ações de forma arbitrária e imprudente.

Viabilizar estratégias de enfrentamento ao que está posto como verdades cristalizadas possibilita um exercício de cidadania. Assim, essas reflexões e análises podem ser entendidas como momentos concretos para ressignificar a sociedade brasileira e, mais especificamente, incentivar as mudanças na forma de pensar e agir na educação em todos os seus níveis.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmund. Globalização, Modernidade, Sociedade Fragmentada (online) Disponível no site <http://dissidentex.wordpress.com/2007/12/20/zygmunt-bauman-globalizacao-modernidade-sociedade-fragmentada/> (Capitulado em 20/08/2011).

BRUGIER, YanaScavone. COM em Foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, Sergio (Org). Banco Mundial, OMC e FMI. O Impacto nas Políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais. Introdução ao estudo da Sociedade Internacional Global. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Cortez, 1986.

HADDAD, Sergio (Org). Banco Mundial, OMC e FMI. O Impacto nas Políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas S/A, 2003.

MINGST, Karen A. Princípios de Relações Internacionais. São Paulo: Campos, 2008.

PERRENOUD, P; THURLER, M.G. As competências para ensinar no século XXI. A formação e o desafio da avaliação. Porto Alegre: artmed, 2009.

SANTOS, Milton. Por Uma Outra Globalização. São Paulo: Cortez, 2009.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Camila Croso. Banco Mundial em Foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a iniciativa via rápida na América Latina. In: HADDAD, Sergio (Org). Banco Mundial, OMC e FMI. O Impacto nas Políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de;

WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2003.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2003.